

Estudo Técnico Preliminar 20/2021

1. Informações Básicas

Número do processo: 15771.721.324/2021-64

2. Descrição da necessidade

A Alfândega da Receita Federal em São Paulo (ALF-SPO) possui bens de grande valor e interior suas dependências, em especial no Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) circulam diariamente uma quantidade relevante de pessoas. Assim, torna-se imperativa a realização dos serviços propostos uma vez que são essenciais para preservação do do patrimônio público, bem como para a segurança de servidores, terceirizados e particulares que circulam nas dependências da unidade o que propiciará maior sensação de segurança e tranquilidade aos servidores e contribuintes. Atualmente existe uma grande preocupação com relação à segurança, seja pessoal ou patrimonial. Essa preocupação também se manifesta sobre a Administração Pública, em virtude do dever que recai sobre o gestor ou administrador público de zelar pelo erário e de possibilitar segurança aos servidores, colaboradores e ao público em geral. A implantação de segurança eletrônica por meio de sistema de CFTV, sistema de alarmes, tem como objetivo principal proporcionar maior segurança, por meio de acompanhamento do acesso de pessoas às instalações prediais, e possibilitar o monitoramento remoto de vários locais em um único ponto, centralizando o gerenciamento e auxiliando a administração predial e controle. Os sistemas de CFTV são utilizados na área de segurança com a finalidade de inibir assaltos, furtos e registrar fatos ocorridos, além de controlar e visualizar o perímetro de toda a edificação oferecendo mais segurança. Com isso, faz-se necessário implantar um monitoramento atualizado e eficiente utilizando câmeras inteligentes. Nesse caso, a solução técnica ora indicada é o uso da tecnologia IP. Características como desempenho, interoperabilidade, flexibilidade e custo-benefício, entre outros motivos, foram fatores decisivos nessa opção. As câmeras IP oferecem sistema de detector de movimento e gerenciamento de alarmes, no qual a câmera é programada para que em determinadas situações pré-configuradas, realizem procedimentos como enviar um vídeo, em quantos frames e em qual resolução, e quando alertar um operador para monitorar ou executar alguma ação. Uma câmera IP possui tecnologia cujo meio de transmissão garante a integridade das imagens quando comparadas às soluções analógicas, . A tecnologia IP permite uma comunicação segura, uma vez que é possível criptografar as imagens que serão enviadas pela rede, garantindo que apenas as pessoas habilitadas visualizem as imagens. Com pouca iluminação, ou até mesmo nenhuma, as imagens das câmeras internas e externas sempre estarão disponíveis para o operador e para gravação, devido aos recursos dos iluminadores infravermelhos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Programação e Logística da ALF/SPO - SEPOLALF/PO	Chefia SEPOL

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Requisitos necessários ao atendimento da necessidade

Os serviços a serem executados serão contratados de forma indireta, por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, observando os dispositivos legais, notadamente o Decreto nº 10.024/2019, a Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, assim como as demais normas legais e regulamentares.

a) **Habilitação Econômico-financeira:** Afim de evitar que empresas em condições frágeis sejam contratadas e não tenham meios de arcar com as obrigações assumidas perante a Administração, a licitante deverá apresentar toda a documentação pertinente a contratação do objeto, referente à habilitação econômico-financeira permitida na Lei 8.666/93 e prevista na IN SEGES 05/2017.

b) **Habilitação Técnica:** Empresa especializada, com funcionários habilitados, deverá prover solução unificada de execução do Serviço de Vigilância Eletrônica da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo (ALF/SPO). Além do mais, para o sucesso do empreendimento, requer-se uma solução com peças, equipamentos e serviços integrados harmoniosamente, executado por empresa com experiência na atividade, e debaixo de uma responsabilidade técnica única, conforme será explanado a seguir. Os profissionais a serem contratados devem ter um mínimo de experiência, pois sistemas de vigilância são itens de segurança também patrimonial, mas principalmente de pessoas, e não se pode colocar a segurança de pessoas a cargo de profissionais pouco experientes. É sabido que toda atividade profissional está ligada a uma curva de aprendizado, e profissionais em um ponto mais elevado desta curva podem fornecer resultados com melhor qualidade e em menor tempo, já que em uma dada situação, em vez de tentarem uma solução a ser testada, podem recorrer a soluções anteriores bem sucedidas. Nota-se então que uma adequada experiência profissional, ao reduzir a margem de erros; pode, além de beneficiar a segurança do resultado final, ainda permitir a execução dos serviços com menor custo global, já que o custo de aprendizado da contratada fica excluído.

A duração estimada do empreendimento é de cerca de 03 meses para instalação e de 21 meses para prestação dos serviços, e a solução deverá funcionar de forma integrada, e sob responsabilidade técnica única. Ou seja, embora o sistema seja composto, dentre outros, de fornecimento de material e instalação dos sistemas de alarme e de circuito fechado de TV, rede lógica de dados, manutenção preventiva e corretiva, somente o funcionamento integrado e harmonioso do conjunto (e não das partes isoladamente) pode garantir de forma integrada e eficiente o funcionamento do sistema, pois uma única parte com mal funcionamento compromete o resultado de todo o conjunto. A fim de atender o objetivo pretendido, a Administração está contratando uma solução unificada, executada debaixo de uma responsabilidade técnica também única. Assim, consoante entendimento do TCU, foi planejado exigir da empresa executante a comprovação da capacidade técnico-profissional através de quantitativos razoáveis de instalações executadas anteriormente em sistemas correlatos, e do engenheiro responsável experiência de pelo menos 3 anos. Essa experiência deverá versar sobre sistemas integrados de Segurança Eletrônica, similar ao da presente contratação, sendo que experiência só em partes do sistema não atende nossa necessidade, pelos motivos já expostos.

A Contratada deverá também apresentar registro no CREA e possuir Engenheiro responsável em sua equipe. A garantia dos serviços será integral sobre todas as partes do equipamento ofertado.

4.2 – Natureza continuada ou não do serviço

Ao perceber a necessidade da prestação de um serviço, a Administração Pública dá início ao processo de licitação a fim de garantir a posterior contratação. No entanto, em alguns casos, esse serviço não deve ser prestado continuamente, será apenas para atender a uma demanda momentânea. Sempre

que a Administração Pública sabe, de antemão, que determinado serviço não deverá ser prestado novamente, no exercício financeiro seguinte, podemos entender que há uma demanda não-continuada. São serviços que não são voltados para o atendimento das necessidades públicas permanentes, cujo contrato se exaure com uma única prestação, pois eles não são cotidianamente requisitados para o andamento normal das atividades do ente federativo.

A doutrina define como execução continuada aquela cuja ausência paralisa ou retarda o serviço, de modo a comprometer a respectiva função estatal. Por se tratar de necessidade perene do Poder Público, uma vez paralisada ela tende a acarretar danos não só à Administração, como também à população. Sobre a continuidade da prestação de serviços por empresa de terceirização, o Tribunal de Contas da União já se manifestou no sentido de que somente se enquadram no conceito de serviços contínuos os contratos cujos objetos correspondam à necessidade permanente por parte do ente contratante e, principalmente, que se trate de uma obrigação de fazer. Apenas para esclarecer, a obrigação de fazer compreende uma obrigação positiva cuja prestação consiste no cumprimento de um serviço ou de algum outro ato positivo, como uma tarefa ou atribuição, a ser realizada pelo devedor ou por outra pessoa à sua custa, em favor do credor ou de terceira pessoa.

Nesse caso, a obrigação de fazer abrange o serviço humano em geral, material ou imaterial, a prestação de fatos que tenham utilidade ao credor, assim como a realização de obras e artefatos. A contratação de um serviço de natureza continuada por parte do ente federativo impõe ao contratado o dever de realizar uma conduta que se renova, ou que se mantém, no decurso do tempo. A continuidade de um serviço caracteriza-se, assim, por sua essencialidade e habitualidade para o contratante.

A essencialidade se justifica pelos danos e prejuízos que podem ser causados à Administração em caso de eventual paralisação da tarefa, assim como para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento de atividades finalísticas dos entes administrativos. Já a habitualidade se configura pela necessidade permanente do serviço.

Os serviços continuados, portanto, podem ser vários, desde que presentes os requisitos da essencialidade e da habitualidade. Por isso, não existe no nosso ordenamento jurídico um rol taxativo de quais atividades podem ou não ser contratadas continuamente.

Assim, a necessidade deve ser analisada dentro de cada contexto fático da contratação, a fim de verificar se determinada atividade preenche ou não os requisitos elencados. No entanto, algumas atividades são facilmente reconhecidas como sendo de natureza continuada, como é o caso da limpeza e conservação, segurança e até mesmo o monitoramento de frota de veículos. São funções indispensáveis para o funcionamento de qualquer ente federativo, sem os quais haveria danos ou até mesmo atrasos na prestação de outros serviços públicos essenciais.

Nesse contexto, o serviço de Execução do Sistema de Segurança Eletrônica a ser contratado para a ALF/SPO trata-se de serviço de natureza continuada e sem dedicação de mão de obra exclusiva.

4.3 – Contratação de Cooperativas e Consórcios

Tendo em vista para a execução dos serviços a necessidade de uma equipe composta de supervisor e subordinados, isso inviabiliza a contratação de cooperativas, conforme a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

Outrossim, a vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio se justifica na medida em que nas contratações de serviços comuns de engenharia, pertinente e compatível para empresas atuantes do ramo licitado, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser

licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, o que não é a característica da presente contratação. Além disso, afastar a participação de consórcios, para o caso concreto em análise, visa

exatamente afastar a restrição à competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluios/carteis para manipular os preços nas licitações.

4.4 – Duração inicial da Contratação .

A duração prevista dos serviços, conforme cronograma constante no Projeto Básico, é de cerca de 24 (vinte e quatro) meses, pelo que se vislumbra um contrato com duração inicial de 24 meses. O prazo do contrato administrativo é baseado no tempo necessário para cumprimento do objeto e respectivo pagamento pela Administração, o qual está adstrito, como regra, à vigência do crédito orçamentário, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93. Já o prazo da garantia técnica deve ser estabelecido com base nas condições praticadas no setor privado, de acordo com a realidade de mercado.

Por isso, o prazo de vigência do contrato não deve ser estabelecido abarcando o período de garantia técnica, a qual também será exigida, mas sim atender unicamente ao prescrito no art. 57 da Lei de Licitações, caput ou incisos, conforme o caso. No tocante ao reajuste contratual, verificou-se que o Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI) apresenta correlação com os serviços contratados, já que é um índice que leva em conta em sua composição Materiais, Equipamentos e Serviços.

4.5- Critérios e práticas de sustentabilidade e Normas que devem ser veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, prevendo, inclusive, as recomendações quanto a responsabilidade pelo recolhimento e descarte do material, conforme Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010. Seguir também as diretrizes especificadas no Projeto Básico a respeito de sustentabilidade.

A empresa deverá prover os seus empregados com os devidos Equipamentos de Proteção Individual - EPI; no que se fizerem necessários, para a execução de serviços. A empresa deverá respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas, além daquelas relacionadas a resíduos sólidos.

Os equipamentos deverão atender às seguintes normas e organismos:

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

NBR5410: Instalações Elétricas de Baixa Tensão;

NBR5462: Confiabilidade e Manutenibilidade;

IEE - Standard for Information Technology;

IEC International Electrotechnical Commission;

ISO International Standard Organization;

ISO/IEC 11801 Information technology - Generic cabling for customer premises;

ISO/IEC 10746 Information Technology;

EN European Standards;

EN 50173-1 Information technology - Generic cabling systems Part 1: General requirements and office áreas;

EIA/TIA 568 A A Commercial Building Telecommunications Cabling Standard Part 2: Balanced Twisted-Pair Cabling Components;

4.6 Especificações dos equipamentos e serviços

As especificações técnicas dos equipamentos a serem fornecidos, bem como as condições para realização dos serviços, encontram-se no Projeto Básico e foram elaboradas com base nas necessidades técnicas e e pesquisa junto ao mercado.

4.7 Descrição dos serviços

a) Elaboração do Plano de Execução dos Serviços, contendo os seguintes dados:

a1) Cronograma Geral de Implantação do Sistema detalhado e compatibilizado com a retirada e/ou integração com o Sistema de Segurança Eletrônica atualmente em operação, mostrando todas as etapas de implantação;
a2) Diagrama Geral de blocos do Sistema; a3) Lay-out de localização dos equipamentos;

b) Embalagem e transporte;

c) Fornecimento, Montagem e Instalação de equipamentos CFTV, sistema de alarmes, com os respectivos acessórios, estruturas e materiais necessários ao perfeito funcionamento do sistema de vigilância eletrônica;

d) Ajustes e testes de ativação do sistema;

e) Treinamento;

f) Eliminação de pendências;

g) Manutenções corretiva e preventiva do sistema durante todo o período da vigência contratual.

4.8 Locais da prestação dos serviços:

AV. CELSO GARCIA, nº 3580; Bairro: TATUAPÉ. Cidade, SÃO PAULO. Estado, SP. CEP, 03064-000

4.9 Prazos dos serviços:

a) A Contratada deverá fornecer em 5 dias corridos, após a assinatura do contrato, o Plano de Execução dos Serviços, constando a disposição de todos os equipamentos, para análise e aprovação da fiscalização. Este plano deverá ser aprovado pela Contratante em até 5 dias corridos. Posteriormente a aceitação do Plano de Execução será iniciada a instalação da infraestrutura no prédio;

b) A instalação da infraestrutura e de todos os equipamentos deverá estar concluída em, no máximo, 90 dias corridos após a aprovação do Plano de Execução de todos os edifícios.

c) A ativação do sistema ocorrerá no prazo máximo de 5 dias corridos, a partir da entrega da infraestrutura e instalação de todos os equipamentos;

d) O cronograma de implantação do sistema de vigilância será estabelecido no cronograma-físico

financeiro integrante do Projeto Básico.

f) A contratada ,após a autorização para execução e antes do início dos serviços, deverá fornecer a relação dos funcionários que irão prestar os serviços, com os respectivos números da carteira de identidade (R.G.), para controle e segurança da contratante.

4.10 Documentação do Sistema

a) Em até 30 dias após a ativação do sistema, a Contratada deverá fornecer a documentação completa, escrita em língua portuguesa, impressa e em meio digital, a qual deverá compor-se no mínimo de:

- a1) Projeto, em planta baixa, com todos os esquemas para perfeito entendimento do funcionamento lógico e elétrico do sistema;
- a2) Projeto, em planta baixa, com identificação dos equipamentos;
- a3) Memorial descritivo contendo planilha de localização, descrição e características dos equipamentos;
- a4) Características técnicas detalhadas dos equipamentos instalados;
- a5) Diagramas esquemáticos de conexões das câmeras, sensores, controladoras e equipamentos de gravação;
- a6) Manuais originais de instalação e operação dos softwares dos sistemas;
- a7) Manual de operação contendo todas as rotinas, instruções e procedimentos de execução e funcionamento dos sistemas;
- a8) Plano de manutenção preventiva e corretiva contendo todas as rotinas, instruções e procedimentos a serem adotadas para a preservação dos Sistemas e seus equipamentos;
- a9) Anotações de responsabilidade técnica junto ao CREA/SP

4.11 ACEITAÇÃO, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

- a. Após os ajustes e configuração do sistema, deverão ser realizados os Testes de Aceitação pela Contratante, em conjunto com a Contratada, orientados pelos Procedimentos de Testes de Aceitação apresentados pela Contratada e previamente aprovados pela Contratante
- b. Todos os serviços contratados só serão recebidos pela contratante, após devidamente testados por um técnico ou engenheiro da contratada na presença do Fiscal da contratante.
- c. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, a Contratada deverá disponibilizar pessoal especializado em software e em hardware para atuar no auxílio das equipes de operação da Contratante, durante o período de tempo que esta última julgar necessário para a estabilização do funcionamento do sistema.
- d. A Contratada deverá se responsabilizar pela certificação de que os equipamentos do sistema de vigilância eletrônica não interferirão nos demais sistemas e de que não serão interferidos por estes.
- e. Os representantes indicados pela Contratante deverão ser treinados para a correta operação do sistema integrado de segurança, habilitando-os a participar dos Testes de Aceitação.

4.12 Responsabilidades

- a. O atendimento destas especificações não isentará a contratada da responsabilidade pelo fornecimento de mão de obra e materiais adequados para atender às condições de operação

requeridas.

- b. Materiais e serviços que apresentem defeitos, fabricação inadequada, excesso de adaptações, de qualidade e eficácia duvidosa, ou que não estejam de acordo com os requisitos destas especificações serão rejeitados e deverão ser refeitos no prazo de 24 horas.
- c. Os materiais poderão estar sujeitos à rejeição, mesmo que a constatação das irregularidades ocorra após a aceitação, por ocasião da inspeção.
- d. A contratada deverá garantir todo o Sistema implantado nas condições do edital e contrato.

4.13 – Realização de vistoria

Será exigida no edital a realização de vistoria nos locais onde os serviços serão executados. Esta exigência é necessária para possibilitar que as licitantes avaliem as reais condições de instalação, tais como áreas e localização dos equipamentos, de modo a dimensionar corretamente a exata quantificação dos cabos de interligação, dos dutos, acessórios e demais materiais de instalação e infraestrutura necessários para melhor embasamento de suas propostas

4.14 Prazo de Duração do Contrato

4.14.1 O prazo de vigência do Contrato decorrente desta LICITAÇÃO será de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de sua assinatura, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no artigo 57, da lei nº 8.666/93 e suas alterações, observadas as disposições do Termo de Referência, do Edital e do próprio Contrato.

4.14.2 O estabelecimento do prazo de vigência superior a 12 meses leva em conta o alto investimento que deverá ser aportado por parte da empresa CONTRATADA para disponibilização dos equipamentos. Naturalmente o retorno deste investimento inicial será diluído no prazo do contrato, o que impactará em considerável aumento de custo se o contrato for de apenas 12 (doze) meses. Desse modo, o prazo de vigência maior proporciona à Administração consideráveis ganhos em economicidade, já que o retorno sobre o investimento a ser feito no início da execução do contrato poderá ser diluído em maior prazo, com a consequente redução dos custos mensais fixos e variáveis atinentes ao contrato, favorecendo a Administração por ocasião do princípio da anualidade orçamentária.

5. Levantamento de Mercado

5.1 A demanda estabelecida na tabela abaixo resultou da pesquisa de mercado realizada por ocasião da elaboração do Projeto Básico realizado com base na análise dos setores da ALF/APO. Outras soluções mostraram-se inviáveis no momento em virtude da limitação da ampliação do número de postos de vigilantes. Concluindo, a contratação dos serviços de Segurança Eletrônica com monitoramento remoto também permite, além de mostrar o zelo da Alfândega pela segurança e disponibilidade de seus serviços, facilitar e ampliar a eficácia da área vigiada de forma a reduzir os riscos dele decorrentes, e ainda mitigar responsabilidade civil por negligência em caso de ocorrências que poderão ser investigadas por meio das imagens gravadas.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação Sistema de Segurança eletrônica, em particular aos sistemas de monitoramento eletrônico por câmeras de videomonitoramento e alarmes, e controle de acesso biométrico eletrônico, estrategicamente projetados para oferecer à Alfândega da Receita Federal um incremento na segurança física, através da utilização de tecnologia de ponta, incluindo o fornecimento e instalação de câmeras de segurança, leitores de cartão e biometria, alarmes

contra intrusão e pânico, distribuídos em todas na edificação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Pavimento	Circuito Fechado de TV				Controle de acesso	Alarme de intrusão e pânico		
	Dome	Bullet	Fisheye	NVR	leitor	Receptor de pânico	Sensor Infravermelho Ativo	Sensor Infravermelho Passivo
Cobertura	2	1			1			
7º Pavimento	7							
6º Pavimento	6							
5º Pavimento	6							
4º Pavimento	7			3				
3º Pavimento	7				2			
2º Pavimento	7				1			
1º Pavimento	8		4		1			1
Térreo	10	13	5		2	3	4	
Subsolo	4	6						
Total Geral	64	20	9	3	7	3	4	1

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 585.781,78

O custo estimado para a presente contratação foi obtido através da média aritmética de preços pesquisados no mercado.

8.1 Itens de fornecimento e serviços de instalação R\$ 503.274,50

8.2 Serviços (Monitoramento + Manutenção): R\$ 24 meses x R\$ 2.977,81, totalizando R\$ 82.507,28

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução se mostra inviável, já que o Sistema de Segurança Eletrônica deve ter um funcionamento integrado, de forma que a operação dos sistemas e o gerenciamento do link de dados devem ser gerenciados de forma centralizada a fim de evitar descontinuidade na prestação do serviços.

Em termos da adequação pretendida, sendo o o Sistema de Segurança Eletrônica composto de elementos que requerem uma solução unificada, com peças, equipamentos e serviços integrados harmoniosamente, tudo aponta para uma solução unificada. Parcelar a solução levaria a dificuldades de responsabilização em caso de falhas, dificuldades em controlar garantias diversas, custos adicionais da Administração para gerenciar várias empresas. Para obtermos o melhor, e com menor custo, em termos de resultado final, evitar conflitos operacionais e minimizar os impactos de compatibilizações o Sistema de Segurança Eletrônica da ALF/SPO aresponsabilização única, sem parcelamento, se apresenta como a melhor solução por permitir agilidade na tomada de decisões mais seguras e funcionais.

A contratação portanto não será parcelada, estando a solução unificada justificada pelas razões já aqui expostas.

Conclui-se que o pregão deve ser feito considerando-se a contratação de 1 (um) único grupo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não haverá a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está sendo realizada de acordo com o Anexo_Único Portaria RFB 354, de 23.03.2017, que estabelece as normas relativas à contratação de serviços de vigilância no âmbito das unidades da RFB.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a implantação dos serviços ora pleiteados espera-se visa aumentar a segurança aos servidores, colaboradores e contribuintes que transitam no prédio, assim como proporcionar maior segurança preventiva e corretiva ao patrimônio da Administração.

13. Providências a serem Adotadas

Providências para adequação do ambiente do órgão: será necessário contratar conjuntamente a desinstalação do sistema atual em funcionamento na ALF/SPO.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Com a adoção do descarte correto de resíduos, entendemos que serão prevenidos potenciais impactos ambientais relevantes.

15. Declaração de Viabilidade

A contratação prevista, uma vez autorizada, deverá possuir adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Com intuito de obter o resultado descrito neste Estudo, esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

Equipe de Planejamento da Contratação do Sistema de Segurança Eletrônica

(assinado e datado digitalmente)

Diante do exposto, concluo pela viabilidade da contratação e proponho o encaminhamento do presente Estudo Preliminar ao Sr. Delegado da Alfândega da Receita Federal do Brasil em São Paulo para aprovação.

Chefe do Serviço de Programação e Logística – SEPOL ALF/SPO

(Datado e assinado digitalmente)

De acordo.

Concluo pela necessidade da contratação de empresa especializada para a prestação da Execução de Serviço de Segurança Eletrônica, nos moldes do Projeto Básico correspondente.

Aprovo o presente estudo, nos termos da IN nº 40/2020 e do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela portaria nº 284/2020.

Delegado – ALF/SPO

(Datado e assinado digitalmente)

